



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

Ata da 2ª Reunião do COE/MEC: medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.

Aos dezenove dias de março de 2020, às 15h, na Sala de Atos do Ministério da Educação, a abertura da reunião foi realizada pelo senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, que elogiou o empenho da equipe para encontrar solução para o enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19. Na totalidade dos membros do COE/MEC, ficaram dispensadas as formalidades de convocação. O senhor Abraham noticiou estudo realizado nos Estados Unidos para tratamento do coronavírus por medicamento para tratar malária. Agradeceu à equipe MEC, comentando que foi surpreendido positivamente pelo trabalho realizado nos últimos dias, o que resultou no painel para acompanhamento da situação do coronavírus na rede federal de ensino, dizendo se sentir honrado em estar no time e pedindo que o trabalho realizado fosse apresentado. O senhor Secretário de Educação Superior, Wagner Vilas Boas de Souza, começou explanando que se tratava da versão aperfeiçoada do painel apresentado na última segunda-feira para monitorar a situação na Educação Superior e na Educação Profissional e Tecnológica, que contou com a parceria da SESU, da SETEC e da UFOB. A identidade visual foi definida com a participação da equipe de Comunicação Social do Ministério da Educação. O senhor Wagner informou que, naquele momento, outra parte da equipe, composta também pela UFG e o senhor Alex Camacho Castilho, Gerente de Projeto da SESU, estava trabalhando com banco de dados do Ministério da Saúde para construir o segundo painel, este para a Educação Básica. O senhor Secretário de Educação Superior Adjunto, Tomás Dias Sant'Ana, apresentou o painel em versão consolidada com dados de todas as universidades e todos os institutos federais, com a perspectiva de que as informações sejam registradas de forma dinâmica. Agradeceu à senhora Shismênia e equipe, que permitiram com que se chegassem àquele visual final. Houve apresentação detalhada das informações visíveis em mapas e gráficos. Constavam dados de graduação e pós-graduação. O senhor Ministro perguntou se poderia utilizar a ferramenta para outros casos. O senhor Wagner respondeu positivamente e exemplificou que, antigamente, havia um painel, também georreferenciado, que indicava a situação das obras nas instituições. Informou que gostaria de retomar esse projeto, SESU – SETEC, para que o Ministro pudesse definir política pública para o tema. O senhor Tomás continuou a apresentação dizendo que no painel havia filtros por estado, matrículas, universidades, institutos, casos registrados de COVID-19, entre outros, e encerrou. O senhor Secretário de Educação Superior informou que estava com o formulário pronto para disponibilizar aos reitores com o objetivo de coletar as informações relacionadas aos casos de COVID-19 nas instituições. Após esclarecimentos, o senhor Ministro agradeceu e ressaltou a importância de todos se manterem em estado de alerta até que se encontre remédio para tratar a doença. A senhora Secretária-Executiva substituta, Maria Fernanda Nogueira Bittencourt, deu

continuidade à reunião. Os participantes se apresentaram e são identificados nesta ata conforme lista de presença SEI [1972488](#). Representantes do INEP, CONIF e CONSED, da CAPES, ANDIFES e UNDIME participaram da reunião por videoconferência. O senhor Benedito Guimarães Aguiar Neto, Presidente da CAPES, informou que portaria seria publicada para recomendar que, dentro de 40 dias, defesas presenciais de trabalhos de pós-graduação fossem evitadas, entre outras providências, por exemplo, indicando a utilização de tecnologia EaD. Falou da importância de alimentar as informações na plataforma Sucupira, que o prazo seria ampliado para abril. Representante da ANDIFES, o senhor Gustavo Balduino, pediu ponderação na divulgação de dados epidemiológicos nas universidades pela complexidade do contexto. O senhor Wagner concordou e estudará o caso. O senhor Jadir José Pela, representando o CONIF, falou da Educação Básica dentro dos institutos em referência aos 200 dias letivos obrigatórios e o percentual de 20% em aulas a distância. O senhor Marcelo Costa, representando a UNDIME, demonstrou também preocupação em relação à Educação Básica, já que conselhos estaduais estavam permitindo EaD no ensino médio, o que não se aplicaria aos municípios, que têm peculiaridades na Educação Infantil, e perguntou se o MEC centralizaria questões relacionadas aos calendários em função das diferentes decisões, o que causaria prejuízo ao sistema de ensino. A senhora Maria Fernanda esclareceu que houve levantamento de informações junto ao CNE, especialmente em relação à flexibilização dos 200 dias, mas não das 800 horas, e solicitou que a UNDIME oficiasse o MEC acerca dessa questão, com o desejo dos municípios e sugestões diversas para solução do problema. Ela relembrou que ali ninguém tomaria nenhuma decisão de forma isolada. Citou a reunião realizada pelo Secretário Jânio com a participação do CONSED e da UNDIME, em que manifestaram que a flexibilização dos 200 dias não fosse tratada agora. O senhor Marcelo ressaltou que a preocupação era de que a rede não confundisse reposição com substituição de aulas em EaD, que se fazia necessária ordenação temporal das atividades de forma adequada e que, no momento de flexibilização de horários, houvesse coordenação do MEC. A representante do CONSED, senhora Nilce Rosa da Costa, a pedido da senhora Cecília, falou que não havia nada definido em relação à questão das aulas a distância, que aguardavam posicionamento do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais a respeito das orientações do CNE. Ela concordou com o senhor Marcelo quanto a ter um grupo específico para tratar dessa questão: MEC, UNDIME e CONSED. A senhora Secretária-Executiva substituta concordou e frisou que o comitê foi criado para encontrar solução para esse problema também, no âmbito da Secretaria de Educação Básica. O senhor Jadir mencionou que havia um grupo no CONIF estudando portaria MEC, nota do CNE e a Resolução 06 haja vista a preocupação com o ensino técnico integrado. O senhor Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, esclareceu que a portaria foi elaborada da forma mais genérica possível para que os reitores pudessem fixar normas internamente, dentro dos normativos vigentes, e que concordava com a padronização de entendimentos para não gerar ações diversas no âmbito do ensino técnico na rede. O senhor Vinícius Pereira Andrade, Chefe de Gabinete da SEB, informou que, naquele momento, o Secretário Jânio estava em videoconferência com CONSED e UNDIME discutindo essas questões, inclusive a criação de um COE para Educação Básica. Representante da ANDIFES, o senhor Edward Madureira, registrou a dificuldade de substituir aulas presenciais por aulas na modalidade a distância em virtude de diversas razões, por exemplo, 75% dos estudantes da UFG são de baixa renda. Muitos terão os pais ou mantenedores da casa perdendo empregos e não têm computador em casa. Os laboratórios das universidades estão fechados, o pacote de dados no celular dos estudantes não comporta as atividades e, por esses

motivos, não seria possível manter a isonomia na aprendizagem, mesmo na Educação Superior, com todo aparato já existente. A UFG reporá aulas independentemente do tempo que o isolamento decorrente da pandemia durar. Não há professores preparados. Há alunos cegos, surdos. No caso da UFG, o calendário acadêmico será modificado. O senhor Wagner lembrou que há previsão de reposição de aulas na portaria e que a norma se aplica também a instituições não federais, abrangendo todo sistema federal. O senhor Jerônimo da Silva, representando o CONIF, solicitou que se tratasse de ações conjuntas para prevenção, mapeamento, identificação e tratamento do coronavírus. O senhor Gustavo, representando a ANDIFES, perguntou se há alguma providência da EBSERH quanto aos EPIs demandados pelos hospitais universitários para alunos de residência de 6º ano. O senhor Giuseppe Gatto, representante da EBSERH, informou que insumos para EPIs era um problema de compra, pela falta de insumos, no mundo inteiro e, por isso, a empresa indicou que EPI seria para quem estivesse na assistência e que faculdades dispensassem estudantes de 1º a 4º ano do hospital. Informou ainda que havia reunião semanal com superintendente para tratar de todas as questões. Ele solicitou ao senhor Gustavo que, conforme combinado na última reunião, fossem informados os laboratórios com capacidade para fazer diagnóstico por biologia molecular para o COVID-19. Informou da grande dificuldade em comprar ventiladores e monitores porque os países que produzem esses equipamentos estavam restringindo a disponibilização para exportação. Há possibilidade de produzir esses insumos na China, mas logística seria necessária para buscá-los. Os hospitais estão informando o número de leitos que devem ser abertos. Há recursos para comprar o que é preciso, mas não há insumo para comprar. Esse seria o problema. Ressaltou que, quanto aos EPIs, não faltava para quem precisava. Acrescentou que a EBSERH poderá financiar insumos para laboratórios de universidades que produzam álcool gel, por exemplo. O senhor Giuseppe ressaltou, ainda, que o grande problema é contratação de pessoas, que haverá dinheiro, haverá autorização, mas não haverá pessoas para serem contratadas. Estimou que em torno de 30% a 40% dos trabalhadores na Saúde serão contaminados. Ele informou que o boletim será enviado a todos do COE e que dado específico poderá ser disponibilizado separadamente. O senhor Jerônimo falou da produção de álcool 70% pelo IFRO e da capacidade de resposta da rede federal para fornecer insumos. As propostas incluem inteligência artificial e serão enviadas ao Secretário Ariosto. O senhor Ariosto argumentou e expôs a necessidade de definir supervisão técnica para avaliar e validar as propostas viáveis. O senhor Wagner informou que a UNIFESP, em parceria com a UNICAMP, estava produzindo ventiladores com impressora 3D, mas faltariam insumos. Outras universidades estariam produzindo PCRs. O Secretário de Educação Superior sugeriu que essas informações fossem concentradas na EBSERH. O senhor Giuseppe frisou que os hospitais necessitam de ventiladores de assistência avançada. A Presidente do FNDE, senhora Karine Silva dos Santos, em complementação à 1ª Reunião do COE/MEC, informou que, quanto à alimentação escolar, o FNDE estava estudando alternativas para os alimentos em estoque nas escolas, destacando que o FNDE estava elaborando um documento técnico em alinhamento com CONSED e UNDIME, com o objetivo de autorizar as redes municipais e estaduais de educação a disponibilizarem essa alimentação para os alunos, em forma de kits ou cestas básicas, com vínculo de matrícula. A senhora Karine afirmou que, se nenhuma medida for tomada, esse alimento estocado será perdido. O senhor Wagner informou que ele, Tomás e Ariosto enviariam dois *links* aos reitores: um para acesso ao painel e outro para acesso ao formulário que será preenchido. Os dados servirão de base para discussões na próxima reunião. A senhora Maria Fernanda lembrou que o desenvolvimento do painel da Educação

Básica depende do aprimoramento do painel da Educação Superior e da Profissional e Tecnológica. A senhora Shismênia Oliveira, Assessora Especial do Ministro para Comunicação, informou que providenciará nota oficial para divulgação no *site* do MEC. A próxima reunião do COE/MEC foi agendada para 24 de março de 2020, na terça-feira, às 10h. Após considerações finais, não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 16h40. Eu, Janaina Thaines Moreira, Coordenadora do Gabinete da Secretaria-Executiva, lavrei a presente ata, que irá assinada por mim.